

Caríssima(o) Associada(o),

É com uma combinação de emoções que apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direitos Sociais e Políticas Públicas I**, do XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de São Paulo entre os dias 13 a 16 de novembro de 2013. Sinto-me realizado, alegre e com o sentimento de dever cumprido ao constatar a qualidade e quantidade dos trabalhos de cada GT. Por outro lado, a emoção da despedida igualmente se faz presente e, nesse particular, quero desejar muito sucesso à nova diretoria e, em especial, ao nosso novo presidente Professor Raymundo Juliano do Rego Feitosa.

Registramos a nossa particular felicidade ao constatar que, mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo mais de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 40 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas *stricto sensu* na área do Direito. Ao longo desses últimos 04 (quatro) anos fizemos o Direito ser respeitado e ouvido em todos os órgãos governamentais e não governamentais, além de florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

O nosso XXII Congresso Nacional foi marcado por um duplo sentimento. Primeiro, o de *desafio* – já que foi sediado por uma Instituição nova no sistema de Pós-Graduação (UNINOVE). Segundo, de gratidão, já que sinaliza o encerramento de minha gestão, ao longo de dois biênios, à frente da Diretoria do CONPEDI.

O Congresso teve como pano de fundo a temática sobre “a sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade”. Nada mais atual e relevante. De fato, o limiar do século XX e início do atual, notadamente marcado pelo processo de globalização, impõe uma série de desafios ao Direito. Os diversos processos de integração em curso questionam dogmas e impõem dificuldades às teorias do direito, trazendo obstáculos mais complexos a serem vencidos. Há desafios até mesmo para definirmos períodos, como alguns tentam e enfrentam nos conceitos da pós-modernidade ou modernidade líquida, para ficarmos em alguns dos mais recorrentes.

Desde os seus objetivos e características, o Estado-Nação necessita de um novo olhar com novos mecanismos de efetividade do Direito. Com efeito, se o acesso à justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, principalmente pelos novos canais abertos pela Constituição Federal brasileira, que recentemente comemorou bodas de prata, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo! Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e, consequentes, novos parcelamentos de 8, 10 e 15 anos das dívidas dos entes federativos e o julgamento da chamada ADI do “calote dos precatórios”, que foi debatida entre nós em um dos painéis do evento. Não há dúvida sobre a necessidade de uma nova Teoria do Estado, que reconheça as importantes contribuições da chamada cidadania regional e universal para que possamos avançar na democracia e nas promessas não cumpridas da modernidade.

Sob essa bandeira, foram debatidos, ao longo dos 04 (quatro) dias de evento, uma cadeia de temas relevantes como (1) a filosofia e processo em tempos de protagonismo judicial, (2) reforma eleitoral e política, (3) desobediência civil, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) combate à corrupção; (7) direito e desenvolvimento; (8) Neoconstitucionalismo e Estado Plurinacional; (9) Princípios do Direito Comercial; (11) jurimetria; (12) hermenêutica e discricionariedade judicial; (13) Direito do Trabalho na Contemporaneidade; (14) precatórios e direitos fundamentais; (15) Direito Civil na Sociedade Global; (16) ética e empresa; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) consumo e sustentabilidade; (21) mestrado profissional; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) diálogo entre cortes e ordenamentos jurídicos. Isso sem dizer que também tivemos os fóruns dos coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito - FEPODI e, ainda, a exposição de pôsteres pelos pós-graduandos e graduandos em iniciação científica, que entendemos fundamental não apenas para melhor prepararmos os futuros mestrados, mas também como forma de contribuição e inserção da pós-graduação na graduação do Direito.

Importante destacar e reconhecer neste último triênio, a grande liderança do Prof. Martônio Mont`Alverne Barreto Lima, coordenador da área, que magistralmente soube conduzir o Direito com muito diálogo, presença e competência. Com isso, e aliado ao grande esforço que os programas fizeram nos últimos anos, hoje já podemos comparar nossos números e critérios com os das demais áreas do conhecimento. De fato, conseguimos reunir dados e estudos para podermos com mais consciência questionar os critérios de qualidade e de internacionalização da nossa e das demais áreas.

Outro ponto destacado deste último triênio e que merece ser referido foi o engajamento do CONPEDI e seus associados na luta pela qualidade da educação jurídica na graduação. Foi por isso que nos unimos à ABEDI, OAB/Federal e outras entidades não apenas para organizarmos importantes publicações sobre o ensino e a pesquisa jurídica, mas do mesmo modo eventos de divulgação e críticas aos recentes documentos elaborados pelo MEC. E foi também por isso que tornamos permanente um espaço na programação dos nossos eventos, destinado aos graduandos. Nesse sentido, demos continuidade a nossa política de construção de pontes, mas com independência, em favor de um direito crítico, emancipatório e de qualidade.

Cumpra consignar a grande aproximação que desenvolvemos com o IPEA nos últimos anos, que permitiu a concretização de uma série de projetos como o livro “Direito e desenvolvimento”, que foi lançado no Congresso, além de um aumento significativo de investimentos na área jurídica deste reconhecido instituto, que já beneficiou um grande número de pesquisadores, revistas, programas da nossa área e o próprio CONPEDI.

Finalmente, não poderia concluir sem destacar o grande esforço de toda a equipe da UNINOVE – desde os professores, passando pelos discentes de graduação e pós-graduação e colaboradores -, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso evento. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

São Paulo, primavera de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente do CONPEDI

Apresentação

O XXII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo, em parceria com a Universidade Nove de Julho - UNINOVE, teve como tema “Sociedade Global e seus impactos no estudo e na efetividade do Direito na contemporaneidade”. O tema, como já era esperado, despertou o debate para diversos aspectos que merecem atenção do universo acadêmico. O Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e políticas públicas I” trouxe sua contribuição, com exposições e debates de grande atualidade e interesse, que podem ser apresentados em três eixos temáticos: (1) **Teoria e questões gerais sobre os direitos sociais**; (2) **Inclusão, integração social e proteção da pessoas em situação de vulnerabilidade** e (3) **Direito à moradia, gestão democrática das cidades e proteção do meio ambiente**.

Participaram desses debates, apresentando trabalhos e defendendo seus pontos de vista, pesquisadores de importantes e renomadas instituições, das mais diversas localidades do Brasil: UFMT, UFPB, UCAM/RJ, UFSC, UNISINOS/RS, UFPB, UNOESC, USP, ITE-Bauru/SP, UNICESUMAR, UniBrasil, CESUPA, UCP/RJ, UENP, PUC/MG, PUC/PR, FUMEC, UNISC, Mackenzie, UNIPAR, UNIT/SE, UFJF.

No primeiro eixo temático (**Teoria e questões gerais sobre os direitos sociais**), quatro interessantes trabalhos dão relevo aos fundamentos jurídicos da proteção dos direitos sociais e os obstáculos a serem vencidos na sua implementação.

Laís Batistuta Silva e **Marcelo Antonio Theodoro**, respectivamente mestranda e docente do Programa de Mestrado em Direito Agroambiental da UFMT, abordam o “Custo do direito: apontamentos sobre o conflito entre reserva do possível e mínimo existencial”, em que tratam da tensão entre escassez de recursos e direito dos cidadãos às prestações positivas pelo Estado.

“Bem-estar social e solidariedade: fundamentos jurídicos das ações e programas de efetivação da justiça social e do desenvolvimento no Brasil, de **Jailton Macena de Araújo** e **Maria Aurea Baroni Cecato**, respectivamente doutorando e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba-PPGCJ/UFPB, aborda, a partir dos princípios constitucionais atinentes à justiça social e ao desenvolvimento, o papel do investimento do Estado no sentido da igualdade material.

“Federalismo, direitos fundamentais e políticas públicas sociais” é o tema tratado por **Rogério Luiz Nery Da Silva** e **Robison Tramontina**, professores do Mestrado em Direito da UNOESC. No trabalho apresentado, os autores compartilham suas reflexões sobre a relação entre federalismo e políticas públicas de direito sociais, em uma importante contribuição para o estudo sistemático que permita o reconhecimento de qual entidade federativa releva-se como ator omissor na efetividade de um direito social.

O tema da efetivação dos direitos sociais é também foco das considerações tecidas por **Alexandre Maciel Simões**, Mestrando em Direito junto à Universidade Católica de Petrópolis, no artigo “Obstáculos à implementação de políticas públicas destinadas à efetivação dos direitos sociais”. Nesse texto, o autor nos convida a “uma reflexão de forma integrada sobre as principais barreiras existentes ao processo de implementação de políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos sociais”, para que se possa analisar, “sob o foco na efetividade, a própria gestão estatal no atendimento às demandas sociais emergentes”.

O segundo eixo temático, abrangendo a *Inclusão, integração social e proteção da pessoas em situação de vulnerabilidade*, contém estudos que foram apresentados sobre diversos aspectos relevantes dessa temática tão importante para a realização da justiça social.

Carlos Marden Cabral Coutinho, doutorando em Direito Processual na PUC Minas, e **Carolline Leal Ribas**, mestranda em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - Universidade FUMEC, apresentam um texto sobre o “Sistema de cotas enquanto ações afirmativas: quem tem qual parte do direito fundamental ao ensino superior”? O texto tem como foco a questão da ampliação do acesso à educação e das tensões existentes em relação ao tema da igualdade material, buscando perquirir se a adoção do sistema de cotas (em suas diversas modalidades) é o caminho para a efetivação do direito fundamental à educação.

“Uma análise do debate político e da racionalidade econômica na utilização do instrumento das condicionantes em políticas de transferência de renda: uma visão geral do programa Bolsa Família”, trabalho apresentado por **Christine Seung Hee Park**, é resultado de seu trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em direito da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), demonstrando uma importante integração entre os cursos de Pós-graduação e a Graduação no âmbito do CONPEDI.

Camilla Guedes Pereira Pitanga Santos, Mestranda do Programa de Direitos Humanos da UFPB, aproveitando sua experiência prática como Procuradora Federal (PGF/AGU), aborda o tema da “Violência doméstica e ações regressivas acidentárias. A punição econômico-pedagógica promovida pelo INSS”.

“A gênese da exclusão indígena e seus reflexos na (in)eficácia das políticas públicas de saúde específicas para povos indígenas no Brasil” é o trabalho apresentado por **Natália Ostjen Gonçalves** e **Raquel von Hohendorff**, mestre e mestranda, respectivamente, do programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS/RS, por intermédio do qual as autoras destacam a importância da “necessidade de respeitar o multiculturalismo, as particularidades dos povos indígenas”, inclusive na área da saúde.

“A acessibilidade no turismo: providências para o desenvolvimento econômico e garantia do direito fundamental das pessoas com deficiência”, escrito em coautoria por **Sandra Filomena Wagner Kiefer** e **Maria Constança Madureira Homem de Carvalho**, ambas mestrandas em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Universidade Candido Mendes – UCAM/RJ, é um trabalho que procura destacar a importância da inclusão do segmento das pessoas com deficiência nas atividades de turismo, como elemento importante da tutela dos direitos fundamentais e do desenvolvimento do país.

Maria Priscila Soares Berro, doutoranda em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino (ITE-Bauru/SP), apresenta o interessante trabalho de pesquisa “Adolescente em conflito com a lei e o direito à reinserção”, produzido com o objetivo específico de verificar se as medidas socioeducativas estabelecidas nos supracitados diplomas legais estão em prática no Estado de Rondônia.

A proteção da criança e do adolescente é também a preocupação dos pesquisadores de outros três artigos importantes da coletânea que ora é apresentada ao público.

“Do direito à absoluta prioridade na efetivação dos direitos da criança e do adolescente: o papel das políticas públicas no cumprimento deste desiderato” é o trabalho apresentado por **José Sebastião de Oliveira** (professor do curso de Mestrado em Direito do Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR) e **Cíntia Oliveira Domingo** (mestranda em Direito na referida instituição), com foco no desafio de, por intermédio das políticas públicas, garantir a prioridade que esses grupos possuem na efetivação dos seus direitos fundamentais e de personalidade.

“Dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente institucionalizado” é o texto de **José Carlos Alves Silva**, por intermédio do qual o autor expõe a necessidade de inclusão do “grupo de pessoas que vivem ou sobrevivem nas instituições de acolhimentos espalhados pelo Brasil, sendo totalmente esquecidas pela sociedade e pelos poderes constituídos, vivendo à margem da sociedade e atacadas em seus direitos constitucionais”. O trabalho é fruto de suas reflexões como Mestrando em Direitos Fundamentais e Democracia pela UniBrasil.

A proteção da criança e do adolescente é também o tema escolhido por **Marcella Regina Gruppi Rodrigues**, mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário do Pará - CESUPA, no texto “Políticas públicas para erradicação do trabalho infantil”, em que analisa as características de dois programas sociais do governo federal e os principais obstáculos encontrados na erradicação da exploração da mão de obra infantil.

A questão da educação como direito social aparece em dois artigos apresentados no Grupo de Trabalho. “O direito de acesso à escola e à educação com qualidade: as duas faces da justiça educacional e a democracia participativa” é o tema trabalhado por **Alexandre Alberto Trannin**, mestrando em ciência jurídica do curso de mestrado da Universidade Estadual do Norte do Paraná, com vistas ao estudo do papel do FUNDEB, sua importância e a necessidade de sua competência ser ampliada, para extrapolar o mero controle de legalidade dos gastos com educação.

O artigo intitulado “O fortalecimento das políticas públicas integradoras do gênero: cidadania, poder e autonomização”, de **Marli Marlene Moraes da Costa** e **Mariane Camargo D’Oliveira**, respectivamente integrantes do corpo docente e discente da UNISC/RS, aborda a questão da “imprescindibilidade de revigoramento do exercício da cidadania feminina, a partir do manejo de políticas públicas com perspectiva de gênero”, defendendo o fomento de políticas públicas de promoção da igualdade e da cidadania feminina como caminho indispensável para se chegar à justiça social.

Na mesma linha de defesa da superação do tratamento discriminatório de gênero, **Jaqueline da Silva Albino** e **Suelen Carls**, ambas doutorandas do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC), apresentam o artigo “A convenção internacional sobre trabalho decente para os trabalhadores domésticos como forma de correção de assimetrias constitucionais brasileiras e discriminação no trabalho”, por intermédio do qual abordam a

importância da Convenção nº 189 da Organização Internacional do Trabalho no que tange à aplicação do conceito de trabalho decente aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas

Naíma Worm, que é Doutoranda em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie e docente da Universidade Federal do Tocantins, nos brinda com um artigo dedicado a um tema de grande impacto social, relativo às “Políticas públicas para recuperação, combate e prevenção ao uso de crack e a polêmica da utilização da internação não voluntária como instrumento de recuperação”.

Em seguida, , sob o foco da “aplicabilidade dos princípios constitucionais da isonomia, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, e também da dignidade da pessoa humana”, **Raquel Nunes Bravo**, Mestre em Direito Processual Civil pela UNIPAR, apresenta suas reflexões sobre a “Interpretação constitucional dos direitos dos trabalhadores urbanos na aposentadoria híbrida”. Trata-se de estudo que busca, sob o signo da isonomia e da dignidade da pessoa humana, garantir ao trabalhador urbano que deixou o meio rural a possibilidade de utilizar do período rural para o preenchimento da carência para a aposentadoria urbana, diante da norma que só tutela de forma expressa aquele que pretende se aposentar como trabalhador rural.

Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior e Verônica Teixeira Marques, que integram, respectivamente o corpo discente e o docente da Universidade Tiradentes (UNIT/SE), fecham o conjunto de artigos do segundo eixo, com o interessante estudo sobre “Reinserção social: para pensar políticas públicas de proteção aos direitos humanos”, que coloca em foco o debate sobre as políticas públicas de reinserção social do preso, no modelo penitenciário vigente no Brasil, tema muito sensível para a questão da proteção dos direitos humanos no país.

O terceiro eixo temático abriga os trabalhos sobre “Direito à moradia, gestão democrática das cidades e proteção do meio ambiente”.

“Novos paradigmas na gestão integrada de resíduos sólidos a partir da aplicação da Lei 12.305: fundamentos na política nacional do meio ambiente e no Código de Proteção e Defesa do Consumidor”, de **Rodrigo de Souza Soares e Belinda Pereira da Cunha**, é um trabalho que se preocupa com a situação em que “o consumo vira lixo” e com o contexto das responsabilidades do comerciante, do consumidor e de outros atores, para que seja dada a destinação final adequada aos

resíduos sólidos. Para tanto, os autores abordam a questão da logística reversa, da responsabilidade compartilhada e da gestão integrada nas cidades que precisam ter seus planos de resíduos sólidos.

Na sequência, “O desafio da agricultura familiar como política social incorporada no Código Florestal Brasileiro – Lei 12.651 de 2012”, de autoria de **Marcel Alexandre Lopes**, mestrando em Políticas Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, demonstra a importância e interferências que a agricultura familiar vem provocando na política ambiental no Brasil, especialmente no setor florestal, a partir de alterações recentes introduzidas pelo Código Florestal Brasileiro, com o objetivo de contribuir para a melhor compreensão da agricultura familiar como política social incorporada ao código.

“Gestão democrática das cidades, política pública e direito social: reflexões sobre o caso de Manhuaçu/MG”, texto apresentado por **Eder Marques De Azevedo**, doutorando em Direito pela PUC/MG e **Renato de Abreu Barcelos**, mestrando em Direito na PUC/MG, é um estudo que aborda os impasses e os desafios do processo de urbanização sob o paradigma da gestão democrática das cidades, esboçando uma crítica sobre a política de desenvolvimento urbano, tendo em vista as dificuldades enfrentadas no tocante à implantação das propostas de crescimento ordenado e organização das cidades pelo plano diretor, a partir de estudo do caso do Município de Manhuaçu/MG.

“O núcleo essencial e a tutela promocional do direito social à moradia à luz do princípio da dignidade da pessoa humana” é o título do artigo apresentado por **Lia Maria Manso Siqueira**, mestranda em Direitos Humanos e Inovação pela UFJF. Apoiando-se na obra da professora Maria Celina Bodin de Moraes, a autora busca avaliar o princípio da dignidade da pessoa humana e seus desdobramentos de acordo com a proposta formulada pela referida jurista.

O trabalho “Ingerência econômica nas políticas pública de moradia”, da Mestranda em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC/PR, **Christine Keler de Lima Mendes** e de **José Alvino Santos Filho**, também mestrando do mesmo programa, estuda os efeitos do modelo da economia brasileira no direito fundamental social à moradia aos menos favorecidos pelo sistema, a partir das políticas públicas de moradia, e mostram que o financiamento para a aquisição de móveis e eletrodomésticos dos programas afeta as verdadeiras necessidades sociais de moradia.

O conjunto de artigos do terceiro eixo completa seu rol com o trabalho “Políticas públicas visando a efetividade do direito de moradia do cidadão na cidade de Ivaiporã-PR”, artigo apresentado

por **José Geraldo Anacleto**, mestrando pela UNICESUMAR – Maringá – PR. Partindo de noções mais gerais como o conceito de moradia e o direito à moradia como direito fundamental, faz um estudo histórico sobre o direito à moradia no Brasil. Após relacionar a questão da moradia digna com a dignidade da pessoa humana, traz uma importante contribuição do estudo sobre o Plano Diretor da cidade de Ivaiporã e das políticas públicas na área habitacional na localidade.

Como visto, discutir os Direitos Sociais e Políticas Públicas implica em considerar uma transformação necessária no ambiente econômico, social, cultural e ético, reconhecendo os limites legais, mas também acompanhando a realidade da dinâmica da dignidade da Pessoa Humana, visando o alcance de políticas públicas adequadas.

Neste sentido, a presente coletânea visa contribuir com estas discussões, apresentando uma reflexão crítica sobre a construção e reconstrução desses direitos e das políticas públicas, que se apresentam como forma de renovação e reflexão do saber jurídico, construído pela pesquisa acadêmica, e demonstrando preocupação com temáticas de base, filosóficas, de teoria geral do direito, dogmática jurídica, bem como de perspectivas e projeções que se apresentam em programas de pós-graduação.

Os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e políticas públicas” do XXII Encontro Nacional do CONPEDI, em São Paulo, destacam a importância de redefinição de conceitos, de configuração de responsabilidades compartilhadas entre sociedade civil e Estado e da participação popular, como condição para o desenvolvimento sustentável, que se deseja para a sociedade.

A atualidade dos temas vai da acessibilidade, moradia, trabalho decente, povos indígenas, reinserção social, custo dos direitos, federalismo, educação, sistema de cotas, internação não voluntária, programas de transferência de renda, até às políticas públicas integradoras.

Esta contribuição é o resultado de artigos defendidos no âmbito do CONPEDI e certamente vai ser uma leitura interessante e útil para todos que integram a nossa comunidade acadêmica: professores/pesquisadores, discentes da graduação e pós-graduação e os próprios cidadãos interessados na tutela de seus direitos.

Coordenadoras:

Prof^a. Dr^a. Terezinha de Oliveira Domingos

Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Ribas

Prof^a. Dr^a. Helena Elias Pinto